

# PARTICIPAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO NO MOVIMENTO DE DIREITOS HUMANOS: O CASO CDDH

Resultado de investigação finalizada

GT 20: Sociedade civil, protestos e movimentos sociais

Euzeneia Carlos  
Doutora em Ciência Política (USP)  
Professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
[euzeneiacarlos@gmail.com](mailto:euzeneiacarlos@gmail.com)

## Resumo

Avalia as mudanças no padrão de ação coletiva de um movimento social decorrente dos efeitos de seu engajamento em instituições participativas de elaboração de políticas públicas, considerando três dimensões interdependentes – organizacional, relacional e discursiva. Os efeitos institucionais no movimento social são examinados a partir do estudo de caso do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH), localizado na região metropolitana do Espírito Santo, no contexto pós 1990, mediante instrumentos do método qualitativo e quantitativo. A correlação entre o nível de engajamento institucional do movimento e as mudanças verificadas no seu padrão de ação coletiva apresenta efeitos de complexificação da estrutura organizacional, pluralização da rede de relações sociais, e discurso de cooperação e contestação na interação sociedade-Estado.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, participação, institucionalização.

## Introdução

O Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH) é uma organização do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), criado no contexto de transição do regime autoritário no Brasil, em meados da década de 1980, e localizado no município da Serra, região metropolitana do estado do Espírito Santo. O CDDH foi originado de uma Comissão de Direitos Humanos da Igreja Católica composta por integrantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por militantes de movimentos sociais urbanos, sindicatos trabalhistas e partidos políticos de esquerda. Sua atuação compreende os níveis local e estadual e suas principais conquistas são políticas de direitos humanos, nas áreas de criança e adolescente, violência, saúde, educação e moradia, bem como a participação nos governos.

No contexto pós-transição, das últimas duas décadas, é notória a multiplicação de Instituições Participativas (IPs)<sup>1</sup>, como orçamentos participativos, conselhos gestores e conferências de políticas, que incentivaram a inserção de movimentos sociais e atores da sociedade civil na esfera estatal, seja na elaboração e monitoramento de políticas públicas, seja na sua gestão e implementação (Gurza Lavalle, 2011; Avritzer, 2008; Tatagiba, 2004).

A inserção do CDDH nas IPs caracteriza seu *engajamento institucional*, mediante o qual atores coletivos se engajam em espaços institucionalizados de mediação da relação sociedade-Estado. O engajamento institucional do CDDH se distingue pela alta densidade dos arranjos participativos que atuam, pela alta diversidade das áreas de políticas públicas e dos formatos de participação institucionalizada que se inserem, pela durabilidade contínua de sua inserção nas instituições de

---

<sup>1</sup> Para o conceito de instituições participativas, ver Pires e Vaz (2010).

participação, e pelo nível de deliberação regular nos espaços participativos frente aos representantes governamentais.

Quais os efeitos do engajamento institucional nas IPs sobre o padrão de ação coletiva do CDDH, em sua dimensão organizacional, relacional e discursiva? Avaliar as mudanças no movimento social, ao longo do tempo, decorrentes do contexto de engajamento nos arranjos participativos é o intuito central deste *paper*.

A categoria de análise *padrões de ação coletiva* (PACs) corresponde a modalidades de ação que orientam o comportamento do movimento como ator político face às instituições e ao Estado em geral. Naturalmente, não existe um padrão homogêneo ou um modelo de ação unitário, que represente os atores societários e que sirva de paradigma da ação do movimento, tendo em vista a complexidade e heterogeneidade da sociedade civil (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006). O padrão de ação coletiva, ainda que represente formas de ação e de interação predominantes em um movimento social em dado contexto histórico, é internamente mais complexo, diferenciado e multifacetado. Por sua vez, os movimentos sociais são compreendidos como coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, individuais e organizacionais ligados em modelos de interação, com base em identidades compartilhadas construídas mediante relações de conflito e cooperação (Diani, 2003; Melucci, 1996).

A análise das mudanças no PAC do CDDH é conduzida através de comparação intertemporal de sua trajetória ao longo de três décadas (1980-2010), a qual considera dois períodos analíticos, o primeiro (T1) correspondente ao contexto de redemocratização do país e de mobilizações públicas dos anos 1980 e, o segundo (T2), de criação de IPs em diferentes níveis de governo e de engajamento institucional de movimentos sociais nestes arranjos participativos, sobretudo a partir de 1990. A metodologia adotada parte da perspectiva *multi-method* a qual conduziu a um desenho de pesquisa que combinou instrumentos do método qualitativo e quantitativo: 1) pesquisa documental no acervo do movimento, 2) entrevista em profundidade com atores-chave, e 3) *survey* de questionário semiestruturado aplicado a ativistas selecionados por meio de amostra não aleatória.

Este trabalho está estruturado em três partes. A primeira, seguida desta introdução, apresenta brevemente o debate acerca da relação dos movimentos sociais com as instituições políticas nas Teorias dos Movimentos Sociais. A segunda, analisa as mudanças no PAC do CDDH em sua dimensão organizacional, relacional e discursiva, decorrentes dos efeitos de seu engajamento em instituições participativas. A terceira, por fim, apresenta as conclusões do estudo no que tange as mudanças na ação coletiva ao longo do tempo.

### **Movimentos sociais e instituições políticas: de esferas estanques a campos em interação**

As interações entre movimentos sociais e a política institucional têm recebido pouca atenção das teorias especializadas, dado que pressupõem uma separação rígida entre a sociedade civil e o Estado, prejudicando uma análise de suas formas de interdependência e influência recíproca. Essas teorias têm pouco a dizer sobre a diversidade das interações dos movimentos com governos, agências estatais, partidos políticos ou outros atores políticos-institucionais, assim como da natureza dessas inter-relações e suas implicações para os PACs dos movimentos sociais.

A separação analítica entre sociedade civil e Estado, nas Teorias dos Movimentos Sociais, restringe a compreensão dos movimentos no contexto de interação com atores institucionais. Tanto a Teoria do Processo Político, ao enfatizar a ação coletiva como conflito político com os “detentores de poder” (McAdam, Tarrow, Tilly, 2001; Tarrow, 1997), quanto a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, ao ressaltarem a descontinuidade em relação às modalidades tradicionais da política (Melucci, 1996; Touraine, 1985), dificultam o reconhecimento do caráter coconstituente, de influência mútua e de interpenetração entre movimentos sociais e Estado. O pressuposto analítico da separação entre sociedade civil e Estado inibe esses teóricos de explorar a diversidade de conexões entre os

movimentos e o sistema político, mantendo invisíveis certos tipos de relações entre atores coletivos e o Estado (Von Büllow e Abers, 2011).

A compreensão dos movimentos sociais em sua relação com as instituições políticas requer uma análise dinâmica que acentue os aspectos de coconstituição entre a sociedade e o Estado, como esferas que interagem e se influenciam mutuamente em um processo contínuo e circunstancial, cujas fronteiras são imprecisas e enevoadas (Skocpol, 1992; Gurza Lavalle, Houtzager, Castello, 2011). Essa perspectiva é particularmente relevante à análise de movimentos institucionalmente inseridos – *institutionally embedded* (Evans, 1995) – na medida em que concebe sociedade e Estado como produto de um processo dinâmico e contingente de mútua constituição. As Teorias dos Movimentos Sociais que analisam a sociedade e o Estado a partir de categorias estanques, autônomas e dicotômicas são, nesse sentido, limitadas à explicação dos efeitos das interações entre atores societários e institucionais sobre os PACs dos movimentos sociais.

Predomina, nessas teorias, a aceção de movimento social como protesto público e participação *outsider* ou não institucionalizada (Tarrow, 1997; Gamson, 1990), cuja chave analítica restringe a compreensão do movimento em sua interação com a institucionalidade política, na medida em que impõe duas implicações: (i) dificulta o reconhecimento das interações mutuamente constitutivas entre o movimento e o sistema político e da combinação circunstancial entre modalidades de ação *outsider* e *insider* ou institucionalizada e (ii) interpreta o engajamento em instituições políticas como decorrente de um processo de institucionalização do movimento que afeta, exclusiva e homoganeamente, a estrutura organizacional da ação coletiva. A perspectiva cíclica e dicotômica dessa abordagem desconsidera a complexidade e a pluralidade das mudanças e reconfigurações na ação coletiva ao longo do tempo.

Ao contrário dessa concepção, estudos da interpenetração entre movimentos e instituições acentuam que a estrutura das instituições e a dos movimentos sociais são mutuamente influenciados, e que muitos movimentos interagem, constituem relações e formam alianças com partidos políticos, agências do Estado e grupos religiosos (Goldstone, 2003; Mische, 2008). Embora alguns movimentos se identifiquem como revolucionários claramente *outsiders* e como opositores às instituições estabelecidas, muitos outros mantêm relações ativas com atores políticos e institucionais, em diferentes contextos históricos e em processos dinâmicos de coconstituição.

De fato, a fronteira entre política não institucionalizada e política institucionalizada é pouco clara (Goldstone, *ibid.*), e a permeabilidade entre ambas as esferas exaure o sentido da distinção entre movimento *outsider* e movimento *insider* defendido pelas perspectivas dicotômicas da ação coletiva. Os movimentos sociais não estão fixados por princípio a uma forma de ação determinada, podendo desenvolver, circunstancialmente, diferentes PACs e combiná-los de forma multivariada. Certos movimentos, transcendendo as delimitações de um evento específico, reúnem diferentes ocorrências, manifestações e práticas de atores individuais, organizacionais e institucionais ao longo de um *continuum* no tempo. Os padrões de interação sociedade-Estado são heterogêneos e podem combinar elementos complementares e híbridos na relação sociedade-Estado. Essas configurações dos atores coletivos e o seu deslocamento temporal não significam, necessariamente, a persistência dos mesmos elementos representativos dos padrões de ação coletiva de um contexto específico, mas a permanente reelaboração e ressignificação contextualizada.

A caracterização do movimento social como fenômeno cíclico e extrainstitucional tende a associar o engajamento institucional de atores societários e a interação com o Estado a um processo de “institucionalização do movimento”. A Teoria do Processo Político desenvolveu as abordagens mais influentes acerca da institucionalização dos movimentos, concebida como a sua integração às estruturas do Estado, a mudança no repertório de confronto e a busca de benefícios concretos através da negociação e acordo (Tarrow, 1997; McAdam, Tarrow, Tilly, 2001). Nesse enfoque, a institucionalização do movimento produz efeitos de complexificação em sua estrutura organizacional,

expressos pela rotinização, burocratização e profissionalização da ação coletiva (Meyer e Tarrow, 1998; Kriesi, 1999; Piven e Cloward, 1979). A complexificação organizacional do movimento traria como consequências a mudança em seus objetivos de fundação, a desmobilização dos militantes, a cooptação dos ativistas e a sua transformação em grupos de interesse ou partidos políticos.

Essa teoria, todavia, não oferece chaves interpretativas adequadas às mudanças nos PACs dos movimentos sociais em interação com as instituições participativas. Em primeiro lugar, esse aporte teórico considera um único modelo de organização dos movimentos sociais e apenas um formato das instituições políticas. Nesse caso, negligencia tanto a diferenciação nos padrões organizacionais dos movimentos, que podem variar de modelos altamente formalizados e complexos a padrões com baixo grau de formalização e complexificação organizacional, quanto a inovação no formato das instituições, cujo desenho pode combinar mecanismos de participação direta e representativa no processo de elaboração e implementação de políticas públicas. Em segundo lugar, a análise dos efeitos do engajamento institucional sobre os movimentos sociais é restrita a sua estrutura organizacional e ignora outras dimensões da ação coletiva, como a relacional e a cultural. Desse modo, ignora mudanças na dinâmica relacional do movimento e a diversificação das suas redes de relações sociais, assim como, os processos discursivos de significação e reconfiguração da linguagem de relação com o Estado. Finalmente, essa abordagem interpreta as mudanças na ação coletiva como homogêneas e não possui explicação para as variações e heterogeneidades nos PACs de movimentos inseridos em instituições governamentais.

Em suma, essa perspectiva assume visão homogeneizante dos padrões de institucionalização: ativistas e autoridades aderem a um modelo previsível de ação, atores sociais institucionalizados têm acesso ao sistema político, são cooptados, mudam as suas reivindicações e perdem a sua autonomia, ao passo que são oprimidos e marginalizados aqueles que evitam os compromissos da política institucional (Meyer e Tarrow, 1998).

No entanto, a relação entre movimentos sociais e Estado é mais complexa e multifacetada (Doowon, 2006), as mudanças e reconfigurações na ação coletiva, ao longo do tempo, são heterogêneas e multidimensionadas, os padrões de interação sociedade-Estado são variados e podem combinar elementos aparentemente contraditórios, como a cooperação e a contestação ou a cooperação e a autonomia.

### **Mudanças organizacionais nos padrões de ação coletiva**

Esta seção examina a trajetória de formação organizacional do CDDH e os efeitos decorrentes do contexto de engajamento institucional. Avalia o seu processo de complexificação organizacional, identificado pelo aumento de sua especialização funcional, ampliação dos objetivos, formalização das estratégias de ação, e mudanças em sua dinâmica de mobilização interna.

### **Especializando a estrutura funcional**

A preocupação com a organização formal da ação coletiva esteve presente no CDDH desde sua gênese. O processo organizativo desse movimento veio acompanhado de certa dose de formalização, através do incentivo a medidas formais que foram sendo incorporadas paulatinamente ao cotidiano das atividades, como o registro do estatuto social e regimento interno, a elaboração de atas e a periodicidade pré-definida das reuniões e, a realização de assembleias gerais e planejamentos anuais. Contudo, essa formalização não era concebida como apego à burocracia ou mera obediência a regras, mas como parte da democratização interna do movimento e do alcance da legitimidade das decisões tomadas diante dos integrantes internos, dos demais movimentos e do poder público em geral.

A estrutura funcional deste movimento de direitos humanos fora constituída, em 1988, por três órgãos: diretoria executiva, conselho fiscal e assembleia geral. A diretoria era composta pelo presidente e vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros e comissões temáticas. Os membros da diretoria e do conselho fiscal eram eleitos, em chapa única – geralmente definida por consenso –, em assembleia geral para o mandato de 1 ano. A partir da gestão de 1990, o mandato de tais membros passou a ser bianual. O órgão máximo de deliberação era a assembleia geral, formada pela diretoria, conselho fiscal e todos os membros filiados e reunidos mensalmente<sup>2</sup>. Criadas com a finalidade de auxiliar os trabalhos da diretoria, as comissões temáticas ou grupos de trabalho constituíram um órgão temporário da estrutura funcional, motivadas pelo ideal de descentralização do planejamento e da execução das atividades, em geral, imprimido pela CEBs; sejam essas: comissão de formação, comissão contra violência, comissão de direito a moradia, comissão de alfabetização, comissão de comunicação e comissão de presos. Na reformulação estatutária de 1993, algumas dessas comissões se tornaram permanentes e foram incorporadas à diretoria executiva como secretarias especiais, quais sejam, secretaria de formação, secretaria de comunicação, secretaria para assuntos de cidadania e violência.

Na trajetória de formação organizacional do CDDH, as mudanças mais expressivas ocorreram com a reformulação estatutária de 2000, que alterou significativamente a sua estrutura funcional, incorporou novas fontes de autossustentação financeira e novos objetivos. Nessa mudança da estrutura funcional, a diretoria foi convertida em um conselho diretor composto por cinco coordenações: coordenação geral, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de formação e cidadania, coordenação de comunicação. Ao regime de coordenação somam-se os órgãos outrora existentes, como o conselho fiscal e a assembleia geral, e as comissões temáticas permanecem sendo criadas para atender a necessidades específicas e temporárias. A substituição da diretoria executiva por um conselho diretor mesclado em coordenações descentralizadas teve como propósito converter a tendência à centralização do regime de presidência. Por outro lado, essa mudança conduziu a maior especialização funcional dos organismos, na medida em que as coordenações assumiram funções especializadas e autônomas, ainda que suas atividades sejam integradas e interdependentes. O efeito de especialização funcional compreende a criação de novos órgãos na estrutura organizacional, a melhor precisão na atribuição dos mesmos e a sua adequação à atuação nas IPs e no gerenciamento de programas e convênios governamentais.

A especialização organizacional do CDDH é caracterizada ainda pela profissionalização, ou seja, pela integração de profissionais temporários tanto voluntários quanto remunerados para suporte técnico aos trabalhos desenvolvidos. Não obstante a busca de assessores técnicos fosse objetivo perseguido pelo movimento desde a sua fundação, apenas a partir da década finda esse processo se aprofundou e o mesmo pode contar com serviços especializados de profissionais, como secretária executiva, advogados, administradores, contadores, assistentes sociais e psicólogos. Dois impactos diretos da absorção de profissionais na organização do movimento são observados. Primeiro, a comunicação com os militantes foi facilitada mediante o uso de telefone e email, combinada ao contato pessoal e informal. E, segundo, a participação na elaboração de políticas públicas, na gestão de programas governamentais e na captação de recursos passou a contar com suporte técnico e jurídico.

O financiamento de suas atividades, baseado em doações de organizações sociais e religiosas nacionais e internacionais<sup>3</sup>, foi incrementado por recursos dos setores público, privado e da sociedade

---

<sup>2</sup>Em 1987, o CDDH era “composto por 15 membros, representando as CEBs do município, Pastoral Operária, Pastoral de Juventude do Meio Popular, estudantes da área de saúde, professores universitários, religiosos e militantes do movimento popular” (CDDH, 1987). Atualmente é composto por 30 membros, entre militantes e representantes de entidades (CDDH, 2009).

<sup>3</sup>O CDDH recebe auxílio financeiro internacional da Paróquia *dell'Arancio de Lucca*, do Grupo *Campus de Pordenone* e do *Misereor*, tendo viabilizado, entre outras realizações, a construção da sede própria, inaugurada em 08/08/1992.

civil, mediante convênios, termos de parceria<sup>4</sup> e cooperação técnica. No ano de 2009, o CDDH contava com convênios com os governos federal e estadual, por intermédio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e da Secretaria Estadual de Justiça (Sejus), na execução do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) e do Projeto de Comunicação e Divulgação dos Direitos Humanos. A Siderúrgica Arcelor Mittal Tubarão, antiga CST, era a única empresa privada que repassava recursos ao CDDH para apoio institucional, e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) financiava alguns projetos, estudos e pesquisas da entidade. A Prefeitura Municipal da Serra possuía convênio para repasse à Associação de Catadores de Papelão e Material Reciclável (Recuper Lixo) e o Conselho Nacional da Criança e Adolescente (Conanda) mantém convênio com o CDDH para o Programa Psicossocial para Crianças e Adolescentes em Conflito com a Lei. O CDDH participa, ainda, da gestão do programa governamental de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Nessa trajetória organizacional, a mudança nos objetivos gerais do movimento, introduzida na última década, não expressa alterações no seu intento fundacional, mas uma ampliação dos objetivos direcionada à inclusão de novos segmentos sociais e a incorporação de novas demandas e atividades na defesa dos direitos humanos. Mantidos em todas as reedições estatutárias, os objetivos fundacionais do CDDH são assim definidos:

Atuar em defesa da vida, denunciando as situações de injustiça, lutando pela garantia dos direitos humanos (...); Incentivar a organização popular, dando apoio aos movimentos populares e suas entidades, promovendo articulação com estes (...); Criar instrumentos de formação e educação popular, que proporcionem a consciência crítica e despertem as pessoas para o engajamento na luta pela conquista e afirmação dos direitos humanos; Elaborar estudos, pesquisas, coleta e arquivo de informações (...) acerca dos diversos temas que digam respeito à defesa da vida e dos direitos da pessoa humana; Manter relações com toda e qualquer organização, seja no Brasil ou no exterior, que tenha como objetivo e prática a defesa dos direitos humanos; Estimular o surgimento de outros movimentos de defesa de direitos humanos (...). (CDDH, Estatuto Social, 1988, 1993, 2000, 2003 e 2010)

Aos quais foram acrescentados os seguintes propósitos:

Desenvolver ações que visem a proteção da família, a infância e a adolescência, ao idoso e portador de deficiência; Propor o funcionamento de programas e políticas públicas na área de justiça e segurança, educação, saúde e assistência social; Estimular a implementação, o desenvolvimento e assessorar o monitoramento de Programas Estaduais e Municipais de Direitos Humanos; Apoiar e assessorar a criação, implantação e o funcionamento de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos; Subsidiar órgãos governamentais e não-governamentais na área dos Direitos Humanos; Contribuir, defender e promover a educação pública gratuita de qualidade, a cultura local e regional, o desenvolvimento humano e social das comunidades. (CDDH, Estatuto Social, 2000, 2003 e 2010)

Essa mudança nos objetivos do CDDH correlaciona-se, assim, a duas matérias. Primeiro, a ampliação de questões de defesa dos direitos humanos para incluir definições mais amplas de exclusão social e de inclusão de novos grupos sociais tradicionalmente excluídos, como os afrodescendentes, quilombolas e LGBT. Esse aspecto representa importante inflexão do CDDH em sua noção de direitos humanos, que passa a definir a “defesa da vida e da dignidade humana” sem distinção de

<sup>4</sup>A possibilidade de firmar Termo de Parceria com órgãos públicos ou privados foi oficializado, em 2000, através da qualificação do CDDH como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), Lei 9.790/90.

nacionalidade, credo, cor, sexo, orientação sexual, idade, ideologia, raça e etnia. A assimilação das demandas dos novos grupos sociais à noção de direitos humanos, claramente incompatíveis com qualquer dogmatismo religioso, pode significar a redução da influência de instituições religiosas na formação identitária deste movimento.

Em segundo lugar, aos objetivos iniciais, é acrescido o desenvolvimento de novas atividades voltadas à elaboração e gestão de políticas públicas nas áreas de direitos humanos, justiça, segurança, educação, saúde e assistência social; em virtude das quais se estabeleceu uma relação de debate e proposição com órgãos governamentais, através da participação em conselhos estaduais e municipais, da assessoria aos conselhos de direitos humanos, da gestão de programas governamentais e do subsídio às agências do governo na área de direitos humanos. Essas novas atividades do movimento também se estendem à elaboração de estudos e relatórios, a exemplo do seu recente estudo acerca das violações aos direitos humanos dos quilombolas do Norte do estado, decorrentes da expansão da monocultura de eucalipto pela Aracruz Celulose (Fibria). O estudo em questão foi executado em 2010, com a denominação “Estudo e Relatório de Impactos em Direitos Humanos de Grandes Projetos (EIDH/RIDH): o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no norte do Espírito Santo”, tendo como proponente o MNDH, o apoio do PPDDH e o financiamento do Cese e Instituto Marista. Nessas novas modalidades, determinadas ações do movimento contam com o financiamento do Estado, de instituições religiosas ou de organizações da sociedade civil, ou ainda, com o financiamento conjunto desses diferentes segmentos, sobretudo em questões de defesa dos direitos humanos nas quais o ator coletivo demonstrar possuir conhecimento e legitimidade para o desenvolvimento das atividades relacionadas à questão.

Em suma, quanto às mudanças nos objetivos do CDDH, por um lado, os objetivos fundacionais permanecem inalterados ao longo do tempo, identificados como princípios norteadores de sua atuação e voltados à defesa da vida e da dignidade humana; por outro, novas finalidades são acrescidas a essas, dado a dinâmica histórica da sociedade que introduz novas violações aos direitos humanos, novos grupos sociais excluídos e novas demandas que são convertidos pelo movimento em novos objetivos de existência. Conforme resume a ativista:

O objetivo principal que é justamente a defesa da vida, esse objetivo não mudou porque (...) é a defesa da vida em si. Mas foram surgindo de acordo com esse caminhar, de acordo com o andamento da própria sociedade, foram surgindo novos objetivos, porque a vida, ela é muito dinâmica e na dinâmica da vida também, na dinâmica da sociedade vão surgindo às vezes outras violações dos direitos da pessoa em si (...). Então, vão surgindo novos objetivos, vão surgindo novos caminhos, vão surgindo novas metas, dentro da defesa da vida.<sup>5</sup>

Esse processo de ampliação dos objetivos iniciais e de absorção de novos temas e problemas pelo CDDH não se confunde com a descaracterização do movimento em si e a sua transformação em grupo de interesse, sindicato ou partido político, conforme prevê a literatura, que resumiria essa mudança a mera moderação de objetivos e a integração do movimento ao sistema estabelecido de mediação de interesses (Kriese, 1999). Ao contrário, os novos propósitos acrescidos aos objetivos de fundação expressam novos interesses dos atores no contexto democrático, que ampliam e diversificam a sua atuação na defesa dos direitos humanos.

Resumidamente, no contexto de institucionalização dos canais de mediação sociedade-Estado, a estrutura organizacional do CDDH se complexificou, mediante a sua especialização funcional, profissionalização, financiamento público e privado, e acréscimo de novos objetivos.

---

<sup>5</sup>Depoimento de militante do CDDH concedido a Edimar Pereira das Neves (2006).

### Repertórios de ação disruptivos e formalização das estratégias de ação

No movimento de direitos humanos da Serra, uma pluralidade de repertórios de ação foi combinada ao longo do tempo desde estratégias disruptivas e contenciosas até ações formalizadas de encaminhamento das demandas, percorrendo conjunturas de transição do autoritarismo político e de restabelecimento das instituições democráticas. Mesmo que cada contexto histórico comporte sua forma predominante de ação, os ativistas direcionaram suas reivindicações e proposições ao poder público fazendo uso de canais múltiplos e complementares: abaixo-assinado, manifesto, manifestação pública, passeata, ato público, vigília, jejum, ofícios, ação judicial, reuniões com autoridades, apoio de partidos políticos, políticos eleitos e lideranças do movimento em agências do governo.<sup>6</sup> *Grosso modo*, a combinação entre formas diversas de ação é contingente e dinamizada pela relação sociedade-Estado de cada contexto histórico.

As ações de protesto público e atos disruptivos da sociedade civil se notabilizaram no país do final da década de 1970 e 1980, em face da coordenação de ampla rede de relações sociais formada por setores da Igreja Católica, ONGs e partidos políticos de esquerda (Doimo, 1995; Landim, 1995; Sader, 1988). Na década de 1980, essas práticas de protesto público foram desenvolvidas pelo CDDH de modo corrente, como consta nas atas das reuniões, nos documentos e nas falas dos militantes. Especificamente, manifestações, passeatas e ocupação de área pública (87,5%), abaixo-assinados, manifesto e carta aberta à população (87,5%) e, ato público, vigília e jejum (79,2%) foram ações predominantemente utilizadas pelos atores no contexto de transição do regime político autoritário, conforme acentuam na Tabela 1. Assim, é inegável que o protesto público constituiu a estratégia privilegiada de encaminhamento das reivindicações e propostas ao poder público no contexto de emergência desse movimento e de não acesso às instituições políticas, embora o movimento o combinasse com atividades formais e previsíveis, como o encaminhamento de ofícios e cartas a órgãos públicos (75%) e a realização de reuniões e audiências com autoridades governamentais (67%). Ver, adiante, Tabela 1.

Não obstante as dificuldades de concretização das manifestações públicas (como tempo, divulgação e coordenação), o movimento de direitos humanos da Serra desenvolveu estratégias de mobilização coletiva que ilustraram um verdadeiro “ciclo de protesto público” (Tarrow, 1997), ao longo do período de transição do autoritarismo e redemocratização. A estratégia de protesto público alcançou êxito em diferentes circunstâncias desse período e soava como mecanismo eficiente de visibilidade e de pressão frente ao seu não reconhecimento pelo poder público. O CDDH promoveu protestos, atos públicos e outras ações contenciosas em defesa do direito à moradia digna, aos direitos da pessoa humana e ao combate à violência policial e carcerária. Ademais, atuou na coordenação da ação contestatória de outros movimentos sociais – “movimento popular” e movimento sindical – em prol da melhoria das condições de vida e dos direitos dos trabalhadores a condições dignas de trabalho, de greve e de manifestação.

Articulado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Pastoral Operária, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), a grupos de mulheres, a associações de moradores, ao movimento de moradia e a parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), o CDDH coordenou a ação contestatória de trabalhadores do “novo sindicalismo” na Greve Geral de 1989 e de operários da madeireira *Atlantic Veneer* em defesa dos direitos da pessoa humana, em campanhas mobilizatórias que são emblemáticas de sua estratégia de ação.

O protesto público, enquanto mobilização de massa, era concebida pelos ativistas do CDDH como atividade eficiente na condução das reivindicações e propostas ao Estado e ao setor privado. Na percepção desses atores, as manifestações públicas eram relevantes para obter as reivindicações com êxito, dar visibilidade ao movimento, chamar a atenção das autoridades públicas, mostrar a força do

---

<sup>6</sup>Evidências do uso de repertórios de ação variados por movimentos sociais, no contexto democrático brasileiro, também podem ser encontradas em Tatagiba (2010), Feltran (2010) e Abers, Serafim e Tatagiba (2011).



movimento, mobilizar os participantes, ter apoio da imprensa e da opinião pública e para vocalizar os clamores do movimento. Nas campanhas mobilizatórias do movimento, as manifestações, passeatas e atos públicos são complementados pela elaboração de relatórios, formalização de denúncias, ofícios e outros documentos que são conduzidos aos órgãos responsáveis (público ou privado) aos quais se dirige a ação. Nessas campanhas, a articulação do movimento com outras forças sociais tem se mostrado imprescindível à abrangência e aos resultados da ação coletiva.

Na trajetória desse movimento de direitos humanos, mudanças significativas ocorreram em suas estratégias de ação, sobretudo na última década. Com a redemocratização do país, o acesso às instituições políticas e a implementação de arranjos participativos nas agências dos governos, o uso de estratégias formais no encaminhamento das deliberações ao poder público tornou-se predominante. Por um lado, a redução relativa das atividades de protesto público e, por outro, a expansão de ações formais (ofícios a órgãos públicos, com a proporção de 91%, audiências com autoridades, com 96%, e ação judicial ou projeto de lei de iniciativa popular, atingindo 78%), evidencia transformações nas estratégias de ação em direção a repertórios rotinizados e previsíveis que contrastam com o ciclo de mobilizações públicas dos anos de fundação desse movimento (Tabela 1). Em outras palavras, no contexto pós 1990 de institucionalização dos canais de mediação sociedade-Estado, o movimento reduziu suas iniciativas disruptivas e concentrou o encaminhamento de reivindicações e propostas ao poder público em torno de repertórios formais, rotineiros e previsíveis, caracterizando um processo de formalização das estratégias de ação.

**Tabela 1** - Percepção das atividades utilizadas pelo CDDH no encaminhamento de reivindicações e propostas ao poder público, ao longo do tempo: anos 1980 e pós 1990<sup>1</sup>.

Respostas <sup>2</sup>	1980s		Pós 1990s	
	Fr <sup>3</sup>	% <sup>4</sup>	Fr	%
Encaminhar ofícios e cartas a órgãos públicos	18	75,0	21	91,3
Encaminhar ação judicial ou projeto de lei de iniciativa popular	8	33,3	18	78,3
Realizar reuniões ou audiências com autoridades de órgãos públicos	16	66,7	22	95,7
Solicitar o apoio de políticos eleitos aliados	7	29,2	13	56,5
Solicitar o apoio de partidos políticos aliados	8	33,3	12	52,2
Solicitar o apoio de lideranças da entidade em cargos públicos	1	4,2	12	52,2
Fazer abaixo-assinado, manifesto ou carta aberta à população	21	87,5	15	65,2
Fazer manifestação pública, passeata e ocupação de área pública	21	87,5	12	52,2
Fazer ato público, vigília ou jejum	19	79,2	10	43,5
Não sei	2	8,3	-	-
<b>Totalde respondentes</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>-</b>

Fonte: Survey “Movimentos sociais e instituições participativas”, 2010.

Nota: <sup>1</sup>Quais atividades foram [são] utilizadas pelo CDDH para encaminhar suas reivindicações e propostas ao poder público? <sup>2</sup>Resposta múltipla à pergunta induzida; o total de respostas é superior ao número de respondentes. <sup>3</sup>Frequência de respostas dadas. <sup>4</sup>Percentual de respostas segundo o total de respondentes.

Os ativistas argumentam, nesse sentido, que, no contexto de engajamento em instituições participativas e de mudanças nas relações com o governo, os mecanismos de ação formais, como o despacho de ofícios e reuniões com autoridades, conferem legalidade às próprias demandas e são importantes no encaminhamento das reivindicações. Ademais, esse procedimento é visto como estratégia adequada ao estabelecimento de um canal de diálogo com o governo e ao reconhecimento do movimento enquanto interlocutor legítimo na representação da sociedade civil.

A formalização das estratégias de ação e a consequente ampliação do uso de mecanismos formais e rotinizados (ofícios, registro de atas, relatos, relatórios, dossiês, estudos e coleta de evidências e audiências com autoridades públicas) constituíram recursos comprobatórios tanto da

gravidade e urgência das questões clamadas pelos atores, quanto das iniciativas e reivindicações às autoridades. Indagado sobre a importância dos encaminhamentos formais de demandas ao Estado, o militante do CDDH conclui:

Olha, nós estamos tentando fazer as coisas assim hoje, muito mais... não diria organizadas, mas muito mais legal do que em outras épocas. Vou te dar o exemplo do caso de Aracruz e de Genebra pra exemplificar isso. Só foi possível o que fizemos, fazer um relatório, só foi possível levar tudo a Genebra [na ONU] porque nós tomamos o cuidado de, ao longo dos anos, fazer tudo formalizado, tudo com ofício, tudo encaminhado às autoridades, comprovando que por aqui não foi possível porque, embora eles [os governos] tivessem sendo o tempo todo chamado a atenção, deixaram de fazer. Então dá um caráter formal, nos dá instrumentos para a interpelação judicial, inclusive de defesa. Nesse último período a gente tem apontado para a necessidade de levar para organismos internacionais, denúncias e encaminhamentos, [e] é preciso ter um caráter formal. (...) Nenhuma denúncia chega a ONU se não for comprovado que todos os meios internos foram vencidos. Toda aquela documentação construída aqui, longas datas, nós nunca imaginamos... (Militante do CDDH, entrevista em 18/08/2010)

Essa formalização do PAC do CDDH é favorecida pela sua inserção nos órgãos do Estado, mediante a sua participação em conselhos gestores de políticas, em comitês e comissões institucionais e na gestão de programas governamentais. A participação nesses espaços institucionalizados e a correspondente reconfiguração das relações entre a sociedade civil e o Estado impactam as habilidades dos atores societários no sentido de um aprendizado institucional que favorece o desenvolvimento de estratégias afeitas aos segmentos formalizados e burocráticos do Estado.

É importante ressaltar, ainda, que ao longo da trajetória do CDDH a articulação com políticos eleitos, partidos políticos e lideranças do movimento que ocupam cargos públicos cresceu de modo significativo, constituindo estratégia relevante no cenário político-institucional democrático de encaminhamento das demandas ao Estado. No contexto pós 1990, o apoio de políticos eleitos ao movimento alcançou 56% das estratégias utilizadas, o de partidos políticos chegou a 52% e a solicitação de suporte a lideranças também a 52% (Tabela 1). No último caso, é notável o acréscimo observado na solicitação de apoio a lideranças do movimento que ocupam cargos públicos, tendo em vista o aumento significativo de ativistas e ex-ativistas nos governos, sobretudo a partir dos anos 2000, em nível municipal, estadual e até mesmo federal. Na percepção dos militantes, a solicitação do apoio da elite política (ideologicamente alinhada ao movimento) é importante para o alcance dos resultados das ações, por estabelecer aliados no governo, facilitar o encaminhamento das reivindicações e o acesso aos órgãos públicos.

Não obstante a formalização das estratégias de ação seja traço predominante no PAC do movimento de direitos humanos, no contexto pós 1990, variações expressivas em seu modelo de ação são irrefutáveis, no sentido de sua habilidade em combinar o uso de ações formais ou institucionalizadas com o uso de ações diretas ou contenciosas para o encaminhamento de suas demandas ao poder público. Conforme demonstrado na Tabela 1, o CDDH também preserva a estratégia de protesto público no contexto democrático de engajamento institucional, combinando-a a medidas formais e previsíveis, mesmo que em menor proporção se comparado à década de sua fundação: abaixo-assinado, manifesto ou carta aberta à população atingiu 65%; manifestação pública, passeata e ocupação de área pública 52%; e ato público, vigília ou jejum 43%. Para os militantes, a permanência do uso dessas ações disruptivas favorece a contestação política e o êxito das reivindicações.

No intuito de ilustrar o uso de estratégias contenciosas pelo movimento social no contexto de inserção institucional, apresento dois eventos mobilizatórios de participação do CDDH, de repercussão

significativa no cenário estadual, nacional e internacional. Sejam eles: (i) a Campanha contra a Impunidade e a Violência e o Fórum Reage Espírito Santo, e (ii) a Campanha contra a Violação dos Direitos Humanos no Sistema Prisional Capixaba.

A Campanha contra a Impunidade e a Violência no Espírito Santo foi responsável pelo lançamento da Campanha Nacional contra a Impunidade do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), em 1993. No estado, essa campanha emergiu de ações articuladas do CDDH, do MNDH e de cerca de 40 entidades capixabas (movimentos sociais, de direitos humanos, sindicais, religiosas e partidárias), promotoras do Fórum em Defesa da Vida e do Fórum das Entidades do Campo e da Cidade. Esses fóruns investigaram e produziram relatórios sobre a violência no território capixaba, no período de 1989 a 1991, e denunciaram homicídios insolúveis de lideranças sindicais rurais, partidárias, ambientalistas e de direitos humanos; assim como foram denunciados o extermínio de crianças e adolescentes, o crime organizado e as ameaças sofridas por entidades e ativistas de direitos humanos. Nessa campanha, o CDDH, o MNDH e o Fórum das Entidades do Campo e da Cidade constituíram uma Comissão Processante que inquiriu sobre crimes de mando e desvendou as bases de sustentação do crime organizado: nas instituições do Estado (poderes executivo, legislativo e judiciário) e na sociedade (*Escuderie Detetive Lê Cocq*<sup>7</sup> e Esquadrão da Morte, União Democrática Ruralista-UDR e a máfia do jogo de bicho). Essa ação resultou em dossiês e relatórios sobre a violência, a corrupção e a impunidade no estado e a realização de audiências com autoridades para denúncia e cobrança de providências.

Essa conjuntura resultou na mobilização da sociedade civil em passeatas, manifestações e atos públicos, tendo culminado na passeata contra a impunidade, o crime organizado e a violência no estado que mobilizou 8 mil pessoas na capital, em 1999. Havia sido criado, no mesmo ano, o Fórum Permanente contra a Violência e a Impunidade – Fórum Reage Espírito Santo – que cobrou a atuação mais contundente dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, da Polícia Federal e da CPI do Narcotráfico. Nessa campanha, a elaboração de relatórios, audiências com autoridades públicas e manifestações coletivas constituíram estratégias de ação simultaneamente utilizadas pelos atores sociais e políticos envolvidos. A relevância da participação da sociedade civil “no combate à corrupção e à impunidade”, é enfatizado pelos militantes do CDDH:

A partir de hoje vamos participar ativamente das atividades da sociedade civil organizada para viabilizar ações de combate a impunidade, a violência e a corrupção. Realizar seminário e debates com autoridades nacionais e internacionais com a finalidade de constituir um cronograma sistemático de atividades buscando alternativas de luta pela vida e dignidade da pessoa humana; a limpeza de órgãos públicos e o incentivo a participação dos cidadãos, elevando a autoestima do povo capixaba no resgate aos valores éticos e morais. A elaboração de material de reflexão sobre este assunto é necessário para que o movimento em favor da justiça cresça conscientemente. (CDDH, livro de ata de reunião, 05/07/2002)

Ativistas do Fórum Reage Espírito Santo avaliam que, apesar de retrocessos e estagnação no julgamento e prisão dos envolvidos no crime organizado, o Fórum “foi um movimento forte e particularmente decisivo para barrar ações de corrupção no âmbito do Estado”, constituindo “um exemplo para o país inteiro porque comandou a reviravolta política sem contorno partidário”.<sup>8</sup> O Fórum articulou as principais lideranças dos movimentos sociais, das Igrejas e de instituições partidárias no combate à violência, à impunidade e à corrupção, alcançando repercussão na sociedade e na mídia. Conforme expõe a ativista do CDDH, a articulação das forças políticas e sociais representativas da sociedade civil no estado constituiu estratégia essencial “para organizarem um

<sup>7</sup>A *Scuderie Le Cocq* foi criada oficialmente no estado do ES em 1984 e dissolvida judicialmente em 2004.

<sup>8</sup>Depoimentos de ativistas dos direitos humanos (CEDH, 2011a, p. 11 e 18).

Fórum que fosse capaz de aglutinar as mais diversas representações sociais e populares no enfrentamento direto a atuação do crime organizado”; [o qual] “teve papel fundamental em agregar forças políticas, envolvendo partidos e instituições nessa missão”.<sup>9</sup>

Por fim, apresento a Campanha contra a Violação dos Direitos Humanos no Sistema Prisional Capixaba, evento mobilizatório de participação do CDDH da Serra inscrito no âmbito estadual e de repercussão internacional. Na segunda metade da década de 2000, o sistema prisional do Espírito Santo ficou conhecido nacionalmente como “as masmorras capixabas”<sup>10</sup>, dado as denúncias de superlotação, esvaziamento, tortura, maus tratos, tratamentos cruéis e degradantes que ocorriam nas unidades prisionais e de internação dos adolescentes.

Denunciado por entidades dos direitos humanos por mais de uma década, as violações ocorridas nesse sistema carcerário compuseram o relatório do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), em 2006, que, após vistoria motivada por denúncia do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), o comparou aos campos de concentração nazistas. O CNPCCP enfatizou, ainda, a inadequação do uso de celas metálicas e contêineres como prisões – apelidadas de celas “microondas”, pelo excessivo calor em seu interior –, implantadas pelo governo sob o argumento de aumento exponencial da população carcerária. Essa situação de violação aos direitos humanos se estendia à Unidade de Internação Sócioeducativa (Unis), visitada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em 2004, após várias denúncias de tortura e morte de adolescentes pelo CDDH da Serra e a Pastoral do Menor da Arquidiocese de Vitória.

O movimento dos direitos humanos no estado coordenou ações articuladas em rede de entidades, organizações e instituições contra as violações no sistema prisional capixaba e, sem que os problemas fossem solucionados pelas autoridades, impetrou ação junto às cortes internacionais de direitos humanos. A Unis de Cariacica e a Delegacia de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha foram denunciadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização de Estados Americanos (OEA), em ação promovida pelo CDDH da Serra e a Justiça Global, em 2009. No ano seguinte, o sistema prisional capixaba e o Estado foram denunciados no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, no dia 15 de março, em ação peticionada pelo CEDH, Conectas e Justiça Global, no mesmo momento em que o movimento realizava vigília e ato público em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo do estado, mobilizando militantes de direitos humanos, intelectuais formadores de opinião, estudantes e religiosos.

A promoção destas ações nos fóruns internacionais da OEA e da ONU, protagonizadas pela rede CDDH, CEDH, Justiça Global e Conectas, teve sustentação em outras organizações de direitos humanos que atuam no Espírito Santo, como a Pastoral do Menor da Igreja Católica, o Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH), a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência (Amafavv) e a OAB. Para os militantes, a iniciativa de levar os casos de violações de direitos às instâncias internacionais é alternativa eficaz ao descaso e à inação do Estado, tendo se consubstanciado em importante mecanismo de contestação política.<sup>11</sup> Conforme expõem os ativistas, a repercussão internacional soa como eco daquelas vozes erguidas:

<sup>9</sup>Depoimento de uma ativista dos direitos humanos do CDDH, conselheira do MNDH e do CEDH (Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH, 2011a, p. 13).

<sup>10</sup>Em referência à coluna de Elio Gaspari publicada no Jornal *O Globo* e censurada no Jornal *A Tribuna*, em 07/03/2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/03/07/as-masmorras-de-hartung-aparecerao-na-onu-272212.asp>. Acesso em 16/01/2011.

<sup>11</sup>A OEA aplicou em 2011 *medidas provisórias* ao Estado brasileiro, especificamente ao governo capixaba, que determina a “garantia da vida e a integridade dos adolescentes privados de liberdade” da Unidade de Internação Sócioeducativa, em Cariacica, após descumprimento das *medidas cautelares* concedida em 2009. Em resposta, a Unis foi desativada no mesmo ano. Em 2010: os contêineres introduzidos nos presídios e centros de detenção da Serra e Cariacica foram desativados; a carceragem do DPJ de Vila Velha foi desativada; e a Casa de Custódia de Viana (Casuvi) foi demolida. Novas unidades prisionais também foram construídas (CEDH, 2011b).

Só começamos a ser ouvidos quando as organizações internacionais passaram a propor medidas de fora para dentro.

Incitou as autoridades federais a agirem com rigor na exigência de soluções eficazes e imediatas, junto ao governo estadual, para as soluções das graves violações ocorrentes no sistema prisional.

Foram de suma importância para monitorar e controlar as arbitrariedades das instituições públicas responsáveis pelo sistema de justiça.<sup>12</sup>

A articulação desse movimento dos direitos humanos em redes de entidades e organizações que agem em ações coordenadas habilitou atores societários locais a atuarem em outras escalas de intervenção, como a estadual, nacional e internacional e, potencialmente, ampliou os resultados alcançados. Articulado em redes de movimentos e tendo como espaço de interação societária os fóruns alternativos, além dos arranjos institucionalizados pelo Estado, o CDDH desenvolveu campanhas mobilizatórias, nas duas últimas décadas, combinando ações contenciosas e de protesto público com ações formalizadas e institucionalizadas.

### **A dinâmica de mobilização no interior da organização do movimento**

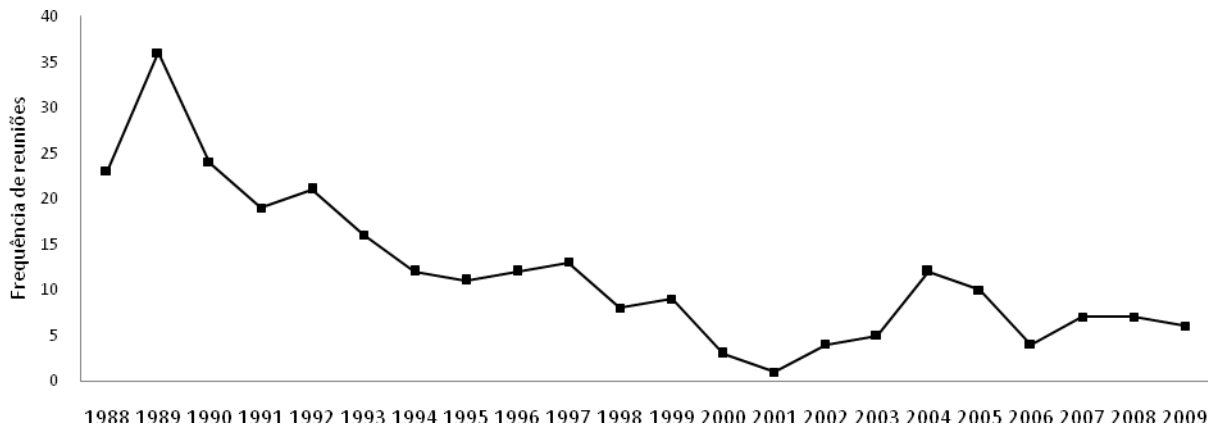
A análise da mudança organizacional no CDDH aponta significativos deslocamentos na mobilização interna. No contexto pós-transição, comparativamente a década de 1980, o movimento de direitos humanos da Serra reduziu a frequência das reuniões e assembleias internas, e a sua percepção de participação no planejamento e na execução das atividades comuns e na tomada de decisões coletivas declinou. Por outro lado, a emergência de novas modalidades de mobilização contribuiu para o revigoramento da vida associativa e a pluralização das esferas de participação.

No contexto democrático de engajamento institucional, esse movimento social tem combinado a atuação no interior da sua organização (reuniões, assembleias, encontros e grupos de trabalho) com a participação em instituições do Estado (conselhos gestores de políticas públicas, conferências setoriais, comissões e comitês temáticos e programas governamentais), além da participação em fóruns e seminários de outros movimentos e entidades da sociedade civil. Ademais, o repertório de ação do CDDH das duas últimas décadas articula modalidades de atuação institucionalizada com iniciativas disruptivas, a exemplo das campanhas mobilizatórias de ampla repercussão que contribuíram para a manutenção de importantes níveis de participação, conforme demonstrado na seção anterior. Nesse cenário, as novas oportunidades de participação e representação no desenho das políticas que ascenderam das IPs possibilitaram a pluralização das arenas de mobilização do movimento de direitos humanos.

No entanto, a conjugação de múltiplas funções nessas novas esferas de mobilização e de participação societal guarda relação com a sobrecarga dos militantes e a redução da frequência dos encontros e atividades no interior da organização do movimento, em privilégio do tempo dedicado às instituições participativas. De acordo com o Gráfico 1, decréscimo significativo é verificado na frequência das reuniões e assembleias gerais do CDDH a partir de 1993. A periodicidade dos encontros dos ativistas passou de quinzenal para mensal, ainda que picos nos anos 2004 e 2005 demonstrassem aumento da mobilização, no contexto da campanha contra as violações no sistema prisional capixaba e as denúncias à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

**Gráfico 1-** Reuniões e assembleias do CDDH no período de 1988 a 2009.

<sup>12</sup>Depoimento de militantes dos direitos humanos, respectivamente: presidente do CDDH da Serra e conselheiro do CEDH e do MNDH (*Século Diário*, 19/03/2011); conselheiro do CEDH e coordenador do CADH (CEDH, 2011a, p. 11) e diretor do Conectas (*ibid*, p. 30).



Fonte: CDDH, Livros de Atas do período. Elaboração própria.

Essa redução das assembleias e reuniões internas do CDDH impactou a percepção dos militantes acerca da sua participação no planejamento, na execução das atividades e na tomada de decisões em geral, comparativamente ao cenário de emergência do movimento. A percepção de participação no planejamento e na execução das atividades apresenta inversão expressiva nos indicadores *sempre* e *quase sempre*. Quer dizer, se comparado às décadas de 1980 e pós 1990, a percepção de frequência da participação no planejamento decresce no indicador *sempre* (75% para 29%) e acresce no *quase sempre* (12% para 54%); tendo a crença de atuação na execução das atividades também regredido no indicador *sempre* (54% para 20%) e aumentado no *quase sempre* (29% para 54%). A percepção dos militantes do grau de participação nas principais decisões apresenta deslocamento ao longo do tempo, reforçando esses resultados. Isso, pois, a crença de participação nas principais decisões é maior na década de fundação (87%), comparativamente ao contexto de inserção institucional, cujo indicador cai para 50%, e 41% entendem que participam só de algumas decisões.

Essa análise das mudanças na dinâmica de participação do CDDH no contexto de engajamento nas instituições do Estado, por um lado, aponta para processos de pluralização das esferas de ação e deliberação que potencializam as oportunidades de mobilização do movimento, assim como identifica o uso de atividades contenciosas e de protesto público de modo combinado a mecanismos formais e rotinizados. Por outro lado, atenta para a redução da frequência da participação no interior da organização do movimento e para a sobrecargados atores com as novas instâncias participativas, cuja expansão pode conduzir à centralização das decisões num número limitado de atores. As medidas de descentralização e de participação permanecidas em sua organização, contudo, nos impedem de interpretar esse movimento institucionalmente inserido como desmobilizado ou inativo. Ao contrário, o engajamento em instituições participativas e a atuação em campanhas mobilizatórias de redes de movimentos possibilitam a conjugação de elementos, supostamente contraditórios, na dinâmica do movimento – complexidade organizacional e mobilização –, na medida em que produz incentivos para a pluralização das esferas de deliberação que pressupõem a participação dos militantes.

## Mudanças na rede de relações sociais do movimento de direitos humanos

A ação coletiva de movimentos sociais é significativamente formada por relações entre indivíduos, grupos, organizações e instituições, aos moldes de uma complexa estrutura de redes que conecta uma multiplicidade de atores (Mische, 2008; Diani, 2003). Neste estudo, a dimensão relacional do padrão de ação coletiva do CDDH se restringe a sua rede de relações interorganizacionais, isto é, seus vínculos com instituições, organizações e movimentos sociais.

Em diferentes contextos político-institucionais, a rede de relações sociais do movimento de direitos humanos é composta por múltiplas organizações tanto institucionais quanto societárias. O

padrão de vínculos desse movimento contempla relações com instituições governamentais, partidárias e religiosas, de um lado, e laços com sindicatos trabalhistas, movimentos sociais e entidades da sociedade civil, de outro.

A análise das mudanças no repertório de vínculos do movimento social em foco, ao longo do tempo, aponta significativos deslocamentos na intensidade de suas conexões. O contexto de engajamento institucional, de atuação nos arranjos participativos e nos programas governamentais, introduziu efeitos na densidade de vínculos sociais nos diferentes segmentos que compõem a rede de relações do CDDH.

A transformação mais significativa foi a intensidade das relações com órgãos governamentais, que configurou um novo padrão de vínculos entre o movimento e o governo, cuja percepção salta de 21% para 91% no contexto pós-transição, comparativamente a década de 1980. O repertório de relações desse movimento, além de adicionar de modo significativo vínculos com instituições governamentais, mantém relações com partidos políticos a altas proporções, ainda que em decréscimo de 96% para 73%. Ver adiante, o Gráfico 2. Os partidos políticos de esquerda, sobretudo o PT, desempenharam papel de relevo na formação desse movimento, com os quais foram estabelecidas alianças de apoio mútuo que influíram de modo decisivo em sua gênese organizacional e discursiva, tendo as agremiações partidárias na rede de relações dos movimentos se diversificado no contexto pós-transição.<sup>13</sup>

Essa tendência de centralidade das instituições do Estado na rede de relações do CDDH é complementada pela continuidade nos vínculos com segmentos religiosos, em proporção elevada da rede de relações pretérita.<sup>14</sup> Na década de 1980, segmentos da Igreja Católica influíram sobremaneira na gênese organizacional e identitária do CDDH, constituindo sua principal rede de apoio e sustentação, conforme identificada pela totalidade dos ativistas, assim como o foram os partidos políticos de esquerda<sup>15</sup>. No contexto democrático pós 1990, a influência da Igreja Católica continua predominante, tendo ampliado os vínculos com a Pastoral do Menor, ainda que reduzido a presença das CEBs; a presença de grupos evangélicos e de religiões afrodescendentes também são identificadas.

O repertório de vínculos com movimentos sociais e entidades da sociedade civil apresenta proporção crescente ao longo do tempo no CDDH, saltando de 88% para 100% nas percepções dos atores (Gráfico 2). Na década fundacional, a relação com redes de movimentos e organizações sociais contribui significativamente para a articulação dos atores e a coordenação da ação coletiva, em geral, mobilizados em inúmeros eventos de protesto público em prol de causas comuns<sup>16</sup>. No contexto de intensificação da interação do movimento de direitos humanos com apolítica institucional, o incremento dos laços com segmentos societários potencialmente contribui para a ação articulada dos atores e, por conseguinte, amplia suas possibilidades de influência na agenda pública, ainda que a

<sup>13</sup>Na década de 1980, a percepção dos militantes de vínculos com o PT corresponde a 100%, seguido pelo PSB e PCdoB, com 26% e 13%, respectivamente. No contexto posterior a 1990, o PT permanece preponderante na percepção de 94% dos ativistas, seguido pelo PSB (38%) e pelo PSOL (25%).

<sup>14</sup>A tendência de redução das relações das instituições religiosas, especialmente segmentos da Igreja Católica, com os movimentos sociais no contexto pós anos 1990 foi identificada por Doimo (1995).

<sup>15</sup>Dentre os segmentos da Igreja Católica, são identificados pelos atores as CEBs, a Pastoral Operária, Pastoral da Juventude para o Meio Popular, Comissão de Justiça e Paz (CJP), além dos Missionários Cambonianos, da Igreja Luterana, da Igreja Metodista e Presbiteriana, entre outros grupos religiosos.

<sup>16</sup>Na década de 1980, a rede de relações do CDDH com movimentos sociais era constituída, sobretudo, por organizações societárias locais, como a Federação das Associações de Moradores da Serra (Fams) e a Associação de Mulheres Unidas da Serra (Amus), seguido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), movimento de moradia, MNDH e Cecopes.

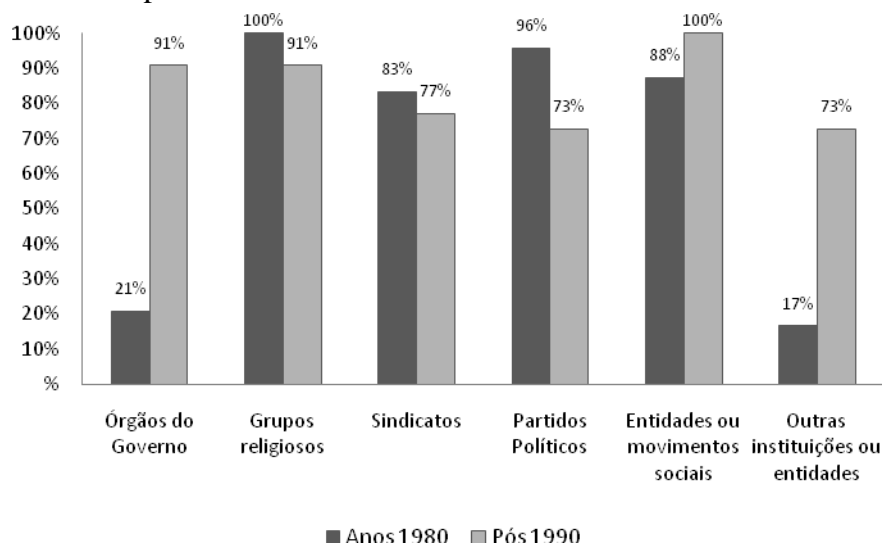
existência desses vínculos não determine a capacidade do movimento de coordenação da ação coletiva<sup>17</sup>.

Os sindicatos trabalhistas igualmente compreendem importante rede de apoio, sustentação e articulação das atividades do CDDH, ainda que seja decrescente (83% para 77%) no contexto democrático<sup>18</sup>. Na avaliação dos atores, era estabelecida uma relação de apoio mútuo entre o movimento e os sindicatos: por um lado, os sindicatos constituíam um grupo organizado com maior capacidade de mobilização e articulação, por outro, o CDDH oferecia suporte organizacional e atuava na formação de quadros e na conscientização dos trabalhadores de seus direitos.

Finalmente, a rede de relações do CDDH na categoria “outras instituições ou entidades” apresenta significativo acréscimo no cenário pós 1990, saltando de 17% para 73% (Gráfico 2). Nesse contexto, os militantes identificam diversas instituições e entidades, preponderantemente, a Universidade Federal do Espírito Santo, o Instituto Elimu, o Projeto Universidade Para Todos, a Anistia Internacional, a Justiça Global e as cooperativas Recuper Lixo e Super Confex, seguido por Idea, Adema, Centro de Assistência às Vítimas de Violência, Casa Sol Nascente, Cese, OAB, PPCAAM, Unis, O Proto, Universidade Para Jovens Negros, Rede Alerta contra o Deserto Verde e o Fórum Estadual em Defesa da Integralidade do PNDH III. Em geral, muitas das conexões com essas “outras” instituições e entidades se correlacionam ao cenário pós-transição, de atuação nos programas governamentais e de ampliação de seus objetivos e áreas de trabalho.

Essa dinâmica relacional do CDDH é sintetizada no Gráfico 2, que ilustra o repertório de relações com órgãos do governo, grupos religiosos, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e outras entidades e instituições, e sua mudança ao longo do tempo. Demonstra que, no contexto de inserção institucional, essa rede de relações sociais sofre transformações quanto à intensidade dos vínculos com cada um desses segmentos, sendo a mudança mais significativa o acréscimo nos vínculos com órgãos do governo e com outras instituições e entidades.

**Gráfico 2-** Rede de relações sociais do CDDH no contexto fundacional e de engajamento institucional: anos 1980 e pós 1990.



Fonte: Survey “Movimentos sociais e instituições participativas”, 2010.

<sup>17</sup>No contexto pós 1990, predominam os vínculos sociais com a Amus, a Fams, o MNDH e o MST, seguido pelo Movimento Negro, o Centro de Apoio aos Direitos Humanos, o movimento de moradia, a Famopes e o MNMMR, além do LGBT, quilombolas e outras entidades estaduais de defesa dos direitos humanos.

<sup>18</sup>Ao longo da trajetória do CDDH, os militantes identificam na sua rede de relações com os sindicatos, sobretudo as categorias metalurgia, construção civil, cal e gesso e sindicatos da CUT em geral.



Nota: Com quais entidades, movimentos sociais ou instituições o CDDH manteve [mantém] relações? Resposta múltipla à pergunta induzida. Percentual de respostas segundo o total de respondentes: N=24 (1980), N=22 (Pós 1990).

Em grande medida, a articulação do CDDH com instituições e entidades societárias se vale das múltiplas formas de envolvimento social dos militantes ou, nos termos de Mische (2008), das suas “afiliações sobrepostas” que ativam uma rede múltipla de organizações e atores. Avaliando as múltiplas formas de envolvimento social da militância, o ator explica:

A gente militava sobre tudo. Nós éramos militantes de tudo. Nós tínhamos relação com as oposições sindicais, depois nós ajudamos a criar novos sindicatos, ajudamos a derrotar os chamados sindicatos pelegos. Então era uma relação de quem fazia tudo. (...) Era isso, era a efervescência do momento, eram os trabalhadores que a gente conhecia das comunidades [CEBs] que estavam nas fábricas. As pastorais orientavam e de certa forma dava formação política... eu me lembro muito da Pastoral Operária fazendo muito isso. E nós éramos, além de estar na comissão de direitos humanos, nós éramos lá das comunidades, então entrava em tudo. (...) É como vai virando um ‘militante’, né, fazia isso tudo ao mesmo tempo. (Militante do CDDH, entrevista em 18/08/2010)

No contexto democrático de engajamento institucional, o repertório de relações do movimento de direitos humanos é singular, cujas transformações ao longo da sua trajetória conduziram a maior diversificação e pluralização da sua rede de relações sociais. Isso, pois, ao mesmo tempo em que aumentou os vínculos com instituições do governo, movimentos sociais e outras organizações não governamentais, manteve significativa a relação com outros segmentos da rede pretérita, como grupos religiosos, sindicatos e partidos políticos. A pluralização da rede de relações do CDDH, em que pese a expressiva inclusão de segmentos tanto institucionais quanto societários, potencialmente contribuiu para a ampliação da sua capacidade de influência na política institucional; hipoteticamente, isso equivale a dizer que quanto maior a diversificação da rede de relações, maior a habilidade dos atores para influenciar politicamente a agenda pública.

### **Interações cooperativas e contestatórias na relação sociedade-Estado**

As instituições participativas criadas pelos governos no âmbito municipal e estadual, no transcorrer da década de 1990 em diante, foram absorvidas pelo movimento de direitos humanos da Serra como espaço de mediação da relação entre o Estado e a sociedade civil, em torno das quais se concentraram suas atividades mais significativas. O CDDH ocupa assentos de representação em conselhos gestores e em comissões temáticas e gerencia programas do governo em políticas de direitos humanos. A centralidade dessas esferas institucionalizadas de participação na vida do movimento moveu-o em direção a complexificação organizacional, adequando-o ao *modus operandi* da máquina estatal, ao mesmo tempo em que motivou a emergência de novas modalidades de participação. Estas transformações no PAC do movimento não ocorreram em um vácuo histórico, mas em um contexto de ressignificação das concepções e discursos acerca da relação sociedade-Estado, quer dizer, em um processo de interação dinâmica e coconstitutiva de identidades, discursos e práticas.

Esta reconfiguração discursiva do movimento e de mudanças na concepção de relação com o Estado e as instituições políticas em geral contrasta com a compreensão pretérita do período de transição do regime autoritário e redemocratização da década de 1980. Nessa época de emergência do movimento, a relação com o governo é descrita pelos ativistas do CDDH mediante categorias de conflito (oposição e conflito, denúncia e pressão, cobrança e reivindicação, divergência ideológica), marginalização (não relação, não acesso aos órgãos públicos, não reconhecimento pelo governo, não atendimento das reivindicações) e repressão (ameaças e repressão pelo governo). Ainda que o movimento tenha estabelecido uma relação seletiva com partidos políticos de esquerda, o PT em

particular, e com instituições religiosas, sobretudo a Igreja Católica, ambos influentes em sua gênese organizacional e identitária, predominou entre os ativistas a visão de Estado como adversário, de Estado dissociado da sociedade, corrupto, violento e repressor. O distanciamento, antagonismo e oposição à interação com órgãos do Estado alimentaram iniciativas de denúncia, pressão e reivindicação baseadas em interações contestatórias e de embates com a esfera estatal, em geral motivadas pelo discurso de movimento autônomo e independente da institucionalidade política.

O engajamento institucional desse movimento de direitos humanos em arranjos participativos e agências governamentais estabeleceu nova concepção de relação com o Estado, em que pese o recuo da predominância das categorias de conflito e oposição e a emergência de categorias de cooperação, parceria, proximidade e diálogo. Nesse contexto de ampliação dos vínculos com instituições governamentais, os ativistas do CDDH identificam as interações com o governo como de proximidade e diálogo, gestão de programas e convênios governamentais, atuação em instituições participativas e relação de parceria e colaboração na elaboração e gestão de políticas públicas, conforme enfatizam:

Diálogo, oferecer parceria.

Relação de proximidade, diálogo, de busca de garantia de direito, de retorno mais rápido no sentido do atendimento das demandas.

Mais próximo e inserido através de programas do governo; (...) por parte da organização existe um diálogo.

Existe uma aproximação com o governo, já que o CDDH coordena dois programas de governo e já foi beneficiado por emendas [parlamentares].

Havia uma aproximação graças aos canais de participação, mas o CDDH trabalha junto da iniciativa popular.

Uma relação de proximidade, principalmente a partir das políticas do governo Lula voltadas para entidades e organizações como o CDDH.

Relação institucional (...). Colaboração através de convênio.<sup>19</sup>

Neste contexto democrático, a mudança mais significativa foi a emergência do discurso de cooperação com a esfera governamental, que conformou um novo padrão de interação entre movimento social e Estado. Mas, o que significa cooperação? Mais precisamente, o que caracteriza um padrão de interação cooperativo? Quais as implicações do estabelecimento de interações cooperativas com a esfera governamental para o movimento social? Estas relações de cooperação entre sociedade civil e Estado eliminaram o conflito e a contestação?

Anoção de cooperação é entendida como “a relação entre duas partes baseada na concordância quanto aos fins de uma dada ação, que envolve uma colaboração ativa com o objetivo de atingir cada finalidade” (Giugni e Passy, 1998, p. 84). A cooperação se distingue do protesto e da oposição, na medida em que a primeira se caracteriza pela concordância quanto aos fins da ação e, a segunda representa desacordo com as prioridades, decisões e políticas governamentais. Os autores definem a cooperação a partir do nível pragmático da concordância, isto é, quando a relação de colaboração se converte em ações concretas. Essa cooperação se distingue por três formas: consulta, quando os atores não institucionais colaboram com informações relevantes à tomada de decisões; integração, quando os atores agem na implementação de decisões mediante a atuação em comitês, grupos de trabalho ou agências governamentais; e delegação, quando o Estado transfere a responsabilidade para o movimento no nível operacional.

Desse modo, a cooperação se estabelece no plano da solução de problemas sociais e da contribuição com o Estado na elaboração, implementação ou execução de políticas públicas, em que movimentos sociais colaboram com o seu conhecimento e informação sobre dada política pública. Duas ressalvas são necessárias na noção de cooperação aqui adotada: i) a concordância quanto aos fins

<sup>19</sup>Depoimentos de militantes do CDDH extraídos do *survey* “Movimentos sociais e instituições participativas”.

da ação raramente é completa, dada a assimetria de poder e de interesses entre os atores sociais e os estatais; ii) a cooperação com o Estado na elaboração, implementação e execução de políticas públicas não é extensiva ao nível do consenso quanto às políticas governamentais.

O *padrão de interação cooperativo* do movimento de direitos humanos com a esfera estatal é caracterizado pelo estabelecimento de relações de colaboração e parceria na elaboração de políticas públicas e na implementação e execução de programas do governo. Para essa coletividade, a relação de cooperação e colaboração com o Estado favorece o resultado de suas ações, na medida em que atores societários obtêm acesso aos órgãos públicos e a espaços institucionais e alcançam o reconhecimento da sua legitimidade pelo governo. Em outros termos, relações de proximidade e cooperação com os governos são relevantes ao atendimento das reivindicações do movimento, ao estabelecimento do diálogo e da proposição, à representação e participação nas instituições participativas, à discussão, fiscalização e acompanhamento de políticas públicas, e à gestão de programas e convênios governamentais. Em suma, as interações colaborativas têm como consequências o atendimento a demandas históricas do movimento e a influência política na agenda pública.

Nesse contexto de engajamento institucional, por um lado, o estabelecimento de interações cooperativas na relação sociedade-Estado é necessário à influência política do movimento, através das quais ativistas obtêm adequado acesso ao ambiente institucional e aos agentes governamentais; mas, por outro, a ampliação dessa influência depende da habilidade dos atores coletivos em combinar relações de cooperação e de autonomia com o governo. Isto, pois, o exacerbamento da cooperação pode gerar o excesso de comprometimento e vínculos institucionais do movimento com o Estado, reduzindo sua potencial capacidade de pressão e influência e favorecendo a dependência dos atores coletivos. Motivo pelo qual a cooperação na relação sociedade-Estado deve vir acompanhada por significativa autonomia política, de modo a configurar equilibradamente interações cooperativas autônomas.

Os militantes do movimento de direitos humanos reconhecem que relações colaborativas com o governo os expõem a riscos diversos que dificultam um comportamento crítico e autônomo, autodefinidos nos seguintes termos: risco de atrelamento e cooptação, risco de dependência e submissão, de distanciamento da base social, de impedimento de ações contrárias e críticas, de vinculação da imagem do movimento com a do governo, risco de perda da capacidade de discussão e proposição. Naturalmente, a consciência dos ativistas de que relações de proximidade e cooperação com o Estado oferecem riscos de dependência e perda de autonomia não significa necessariamente que assim o são, ou que modelos cooperativos na relação sociedade-Estado são dependentes *a priori*. Endossar essa posição, significaria partir de uma compreensão homogênea da ação coletiva que desconsidera a diversidade das configurações sociais e as possibilidades de invenção criativa, como o fazem as combinações dicotômicas que assimilam a cooperação à cooptação e a contestação à autonomia.

No CDDH, os atores identificam a autonomia na relação de cooperação com o Estado e, unanimemente, não correlacionam categorias de dependência e submissão para qualificar essa relação com a esfera governamental. Nesse caso, configura-se um *padrão de interação cooperativo e autônomo*. De acordo com os militantes, essa relação “ajuda a dar maior efetividade às ações do CDDH e ajuda na sua sustentabilidade. [E que] mesmo assim o CDDH consegue manter a independência na sua atuação”<sup>20</sup>. A relação de autonomia com o Estado é também exposta nos seguintes termos:

Embora tenhamos relação de convênio, estamos conseguindo manter uma autonomia política que eu acho que pouquíssimas entidades do país conseguiram. Ou seja, ainda que os recursos adivinham do governo, ele não interfere na nossa ação, ele não interfere na condução das nossas políticas, ele não interfere nos nossos

<sup>20</sup>Depoimento de militante do CDDH extraído do *survey* “Movimentos sociais e instituições participativas”.

posicionamentos. Mas, não é porque ele não queira, é porque nós não permitimos. (Militante do CDDH, entrevista em 18/08/2010)

Essa análise demonstra que não há contradição *a priori* entre cooperação e autonomia e que ambos podem ser combinados um mesmo padrão de ação coletiva, afinal, “institucionalização e independência pode parecer antitético, mas pode ser complementar” (Doowon, 2006, p. 185). Nessa relação entre movimento social e instituições políticas, a autonomia é entendida como a “capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas) a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita codefinir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores” (Tatagiba, 2010, p. 68)

O padrão de interação cooperativo e autônomo do CDDH é mais propenso à contestação, embate e denúncia de políticas governamentais em situações de não reconhecimento ou não implementação de demandas defendidas pelo movimento. No movimento dos direitos humanos, relações conflitivas com o Estado são circunstancialmente acionadas em prol da garantia de políticas de seu interesse, conforme demonstraram as campanhas mobilizatórias contra a impunidade e corrupção no aparato estatal e o sistema prisional capixaba, nas décadas de 1990 e 2000. A contestação no padrão de interação do CDDH é expressa, ainda, pelo uso de canais e fóruns alternativos à arena política institucionalizada, como a ação judicial e o acesso a organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, sendo muitas das suas proposições de cunho contestatório e contrário aos interesses de governos.

Os militantes assinalam que as relações cooperativas com o Estado não são refratárias a oposição. Na explicação desses: “Nós não temos relação de oposição, nós somos levados a nos opor. A gente faz oposição exatamente pra recuperar algo que está perdido ou pra não perder algo importante (...)”. O ativista apresenta dois exemplos de circunstâncias de oposição do movimento à política do governo, o primeiro se refere à garantia dos direitos humanos no sistema prisional, o segundo a elaboração do programa estadual de direitos humanos:

A única forma de evitar que se viole mais os direitos dos presos é levar do nível da denúncia e da interpelação para os mecanismos internacionais, não há outro caminho. E isso vale para as demais políticas que dizem respeito aos direitos humanos. Nós queremos que o próprio governo faça o programa estadual de direitos humanos com base no Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH III. De início nós vamos dialogar pra fazer. Pode ser que a única forma de fazer seja o mecanismo de oposição, nesse aspecto da política de direitos humanos. (Militante do CDDH, entrevista em 18/08/2010)

O CDDH desenvolveu habilidades em combinar formas criativas de ação e negociação política, voltadas ao equilíbrio entre a estabilidade e previsibilidade das interações institucionalizadas e cooperativas e o ambiente instável e incerto produzido por relações contestatórias e de confrontação. A capacidade do CDDH em mesclar cooperação e contestação verifica-se ainda nas iniciativas para introdução do plano de lutas nos órgãos do governo, pois a depender das circunstâncias políticas os atores coletivos ora são conduzidos à cooperação e formação de alianças com o governo e com partidos políticos coligados, ora seu reverso, ou seja, são guiados para contestação e oposição ao governo e neutralidade em relação aos partidos políticos da base aliada governamental. As relações cooperativas e contestatórias com o Estado são assim narradas:

Uma relação de independência e autonomia, sendo que às vezes apóia e outra crítica.  
É uma relação institucional, às vezes contra o governo com denúncias e colaboração através de convênio.  
Uma relação de troca, em que há um convênio, há uma participação do CDDH em conselhos, por exemplo, mas não é de conviência, havendo conflito também.

Sobretudo de cobrança e de denúncia, mesmo se com alguns integrantes dos governos municipais e estadual tem colaboração.

É um diálogo necessário, conveniente, de proteção aos direitos humanos na sociedade em geral, inclusive contra o governo, o que torna a relação conflitante.<sup>21</sup>

Esse movimento de direitos humanos representa um “*padrão de interação híbrido*” que conjuga cooperação, autonomia e contestação, cujas partes são acionadas circunstancialmente no contexto histórico e político.

## Conclusões

A análise das mudanças no padrão de ação coletiva do movimento de direitos humanos demonstrou que os efeitos do engajamento institucional em IPs incidem sobre a sua dimensão organizacional, relacional e discursiva.

O CDDH desenvolveu um *padrão de complexificação organizacional* que caracteriza mudanças em sua trajetória, no que tange a especialização funcional, profissionalização, financiamento público e privado, incorporação de novos objetivos, formalização das estratégias de ação e mobilização interna. Contudo, o padrão organizacional desse movimento institucionalmente inserido contraria teorias consagradas, na medida em que a inovação no formato das IPs, entre outras razões, produz diferenciações no PAC.

Em primeiro lugar, a mudança nos objetivos do movimento não significa sua transformação em grupo de interesse ou partido político, mas o acréscimo de novas finalidades ao objetivo fundacional que expressam novos interesses no contexto democrático. Em segundo lugar, a complexificação organizacional não corresponde a burocratização e desmobilização do movimento, na medida em que as IPs geram incentivos à emergência de novas formas de mobilização da coletividade. E, em terceiro, a formalização das estratégias de ação, mediante o predomínio de modalidades formais e rotinizadas de encaminhamento das demandas e de formação de alianças com a elite política, é combinada aos repertórios disruptivos e de protesto público. Em suma, o ativismo configura diferentes padrões organizacionais em diferentes instituições e a sua trajetória varia dependendo do arranjo institucional em que se insere.

O *padrão de vínculos sociais*, correspondente à dimensão relacional do PAC, também sofreu deslocamentos, cuja principal mudança foi o aumento dos vínculos com instituições governamentais. O repertório de relações sociais do CDDH, caracterizado pelo “múltiplo pertencimento” a diferentes segmentos institucionais e da sociedade civil, compreende maior diversificação e pluralização no contexto pós-transição, na medida em que aumenta os vínculos com instituições governamentais e outras entidades ao mesmo tempo em que mantém a relação com movimentos sociais, grupos religiosos, sindicatos e partidos políticos da rede pretérita.

A análise do *padrão de interação sociedade-Estado* caracteriza a heterogeneidade na relação dos movimentos sociais com o Estado no contexto democrático. As interpretações do engajamento institucional de movimentos sociais a partir de esquemas evolutivos e dicotômicos – da *contention* à institucionalização ou da contestação à cooperação – são inadequados à compreensão das mudanças nos PACs no contexto de interação com instituições de formato inovador como as IPs. Isso, pois, tendem a ofuscar os padrões de interação plurais e multifacetados existentes no contexto pós-transição, caracterizados pela combinação entre cooperação, autonomia e contestação, ignorando a manutenção de relações autônomas e conflitivas no cenário de engajamento institucional.

Em suma, as transformações no PAC do movimento de direitos humanos, no contexto de engajamento nas instituições participativas, são configuradas no bojo de processos de ressignificação da relação sociedade-Estado. A compreensão das regularidades e variações nos padrões de ação

<sup>21</sup>Depoimentos de militantes do CDDH extraídos do *survey* “Movimentos sociais e instituições participativas”.

coletiva requer a consideração das configurações tanto institucionais quanto societárias, isto é, do contexto de inserção na política institucional e da gênese dos movimentos.

### Referência bibliográfica

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. (2011), “A participação no governo Lula: repertórios de interação em um Estado heterogêneo”. *Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu-MG.

AVRITZER, Leonardo. (2008), “Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático”. *Opinião Pública*, 14, 1: 43-64.

CARLOS, Euzeneia. (2012), *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. Tese de Doutorado (Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, mimeo, 398p.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. (2006), “Para uma leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”, in \_\_\_\_\_, (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*, São Paulo, Paz e Terra, p. 13-91.

DIANI, Mario. (2003), “Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: ‘from metaphor to substance’?” in DIANI, M. & McADAM, D. (org.) *Social Movements and networks*. Relational approaches to collective action, Oxford University, p. 1-18.

DOIMO, Ana. (1995), *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré/Anpocs, 353p.

DOOWON, Suh. (2006), “Civil society in political democratization: social movement impacts and institutional politics”, *Development and Society*, 35, 2: 173-195.

EVANS, Peter. (1995), *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton, Princeton University Press.

FELTRAN, Gabriel Santis. (2010), “Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo”. *Lua Nova*, São Paulo, 79, p. 201-233.

GAMSON, William. 1990. *The strategy of social protest*. Belmont, California: Wadsworth.

GIUGNI, Marco; PASSY, Florence. (1998), “Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation”, in GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (orgs.), *From contention to democracy*, Rowman and Littlefield Publishers, p. 81-107.

GOLDSTONE, Jack. (2003), Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics, in \_\_\_\_\_ (Ed.) *States, parties, and social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-24.

GURZA LAVALLE, Adrian. (2011), “Após a participação: nota introdutória”. *Lua Nova*, São Paulo, v. 48, p. 13-23.

GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. (2011), “La construcción política de las sociedades civiles”, in GURZA LAVALE, A. (org.), *El horizonte de la política. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional*, México, CIESAS, p. 207-267.

KRIESI, Hans P. (1999), “La estructura organizacional de los nuevos movimientos sociales en su contexto político”, in McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (eds.). *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, p. 221-261.

LANDIM, Leilah. (1995), *Notas para um Perfil das ONGs - As Pertencentes à Associação Brasileira de ONGs*. Rio de Janeiro, ISER.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles.(2001), *Dynamics of contention*. Cambridge studies in contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press.

MELUCCI, Alberto. (1996), *Challenging codes*. Cambridge/New York: Cambridge University.

MEYER, David; TARROW, Sidney. (orgs.) (1998), *The social movement society: contentions politics for a new century*. Lanham, MA: Rowman & Littlefield.

MISCHE, Ann. (2008), *Partisan Publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

NEVES, Edimar Pereira das. (2006), *As Comunidades Eclesiais de Base e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra: um encontro de fé e vida na década de 1980*. Monografia – Graduação em História, Centro de Ensino Superior Anísio Teixeira, Serra-ES.

PIRES, Roberto Rocha; VAZ, Alexandre. (2010), “Participação faz diferença? Uma avaliação das características e feitos da institucionalização da participação nos municípios brasileiros”, in AVRITZER, L.(org.) *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo:Cortez, p. 253-304.

PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. (1979), *Poor people's movements: why they succeed and how they fail*. New York: Vintage Books.

SADER, Eder. (1988), *Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 329p.

SKOCPOL, Theda. (1992), *Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States*. Cambridge: Belknap Press/Harvard University Press.

TARROW, Sidney. (1997), *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madri: Alianza.

TATAGIBA, Luciana. (2010), “Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões”. *Colombia Internacional*, 71, p. 63-83.

\_\_\_\_\_. (2004), “A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo”. In AVRITZER, L. (org.) *A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 323-370.

TOURAINE, Alain. (1985), “An introduction to the study of social movements”. *Social Research*, 52, p. 749-788.

VON BÜLOW, Marisa; ABERS, Rebecca. (2011), “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?” *Sociologias*, Porto alegre, ano 13, n. 28, set./dez., p. 52-84.

### **Documentos citados**

CDDH. *Livro de ata de reunião*: período 14/2/2000 a 21/11/2009.

CDDH. *Estatuto Social*: versões 1988, 1993, 2000, 2003 e 2010.

CDDH. (1987), *Projeto de infraestrutura para secretaria do CDDH*: 12/11/1987, mimeo.

CDDH. (2009), Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/ES - CDDH/Serra-ES, *Jornal da Fams*, p. 10.

CEDH. (2011a), *Cartilha 15 Anos em Revista* (impresso).

CEDH. (2011b), *Relatório Sobre Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes no Espírito Santo*, mimeo.